

Atatürk: entre o Ocidente e o Oriente

Bolívia Priscila Soares de Sá¹

Resumo: O presente ensaio propõe-se a analisar e refletir sobre a figura de Kemal Atatürk. Sua presença, ainda que imagética, permanece na Turquia contemporânea. Geograficamente entre o Ocidente e o Oriente, a Turquia a partir de Kemal se formou sob a influência dos dois imaginários. Ao destacar os pontos-chave da biografia do líder turco durante sua carreira militar e como estadista, busca-se resgatar os eventos e teorias do início do século XX, os quais vão moldar não somente a atuação de Kemal, mas também a formação da própria Turquia como Estado-nação. Atatürk mobilizou elementos da identidade turca e islâmica para fins políticos e militares. Em um segundo momento, promoveu a criação de um Estado-nação turco secular. As suas reformas são vistas como uma tentativa de desenvolvimento no contexto do capitalismo global, e a ambiguidade reflete a complexidade da posição geopolítica e das questões de identidade do país.

Palavras-chave: Atatürk; Turquia; Orientalismo; Estado-nação; Secularismo.

ATATÜRK: BETWEEN WEST AND EAST

Abstract: This essay proposes to analyze and reflect on the figure of Kemal Atatürk. His presence, although imagetic, remains in contemporary Turkey. Geographically between West and East, Turkey from Kemal formed under the influence of the two imaginaries. By highlighting the key points of the biography of the Turkish leader during his military career and as a statesman, we sought to rescue the events and theories of the early twentieth century that will shape not only the performance of Kemal, but also the formation of Turkey itself as a nation-state. Atatürk mobilized elements of Islamic identity for political and military purposes. In a second moment, it promoted the creation of a secular Turkish nation-state. Its reforms are seen as an attempt at development in the context of global capitalism, and the ambiguity reflects the complexity of the country's geopolitical position and identity issues.

Keywords: Atatürk; Turkey; Orientalism; Nation-State; Secularism.

Introdução

Atualmente, ainda é possível ver nas paredes de casas, estabelecimentos públicos e privados na Turquia retratos de Mustafa Kemal Atatürk. Seu próprio sobrenome, *atatürk*, significa “pai dos turcos”, e foi adotado por ele quando instituiu o uso do sobrenome no país. A reverência prestada ao estadista pode ser justificada por seu trabalho na fundação da Turquia como estado-nação e pela modernização, secularização

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre pelo Programa de Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP). Tem interesse em temas referentes ao Sul Global. E-mail: boliaviadesa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1522-1052>.

e ocidentalização do país. Para Türkoz (2014), o resgate da imagem de Atatürk ao longo do tempo faz parte de uma estratégia narrativa de nacionalismo defensivo adaptada à necessidade de cada período.

A atuação mesma de Kemal durante o desmoronamento do Império Otomano e na reconfiguração do Oriente Médio no pós-Primeira Grande Guerra foi marcada pelas ideias e acontecimentos de seu tempo. Kemal teve sua formação no final do século XIX, quando o pensamento sociológico francês positivista repercutia nos meios educacionais. Durante sua carreira como militar, a disputa imperialista e nacionalista movimentava o jogo geopolítico no final da Primeira Grande Guerra. Já como estadista, viu o liberalismo em crise e a admiração por regimes centralizadores de líderes que fortaleceram a função do Estado.

O presente trabalho está dividido em duas partes principais. A primeira parte é dedicada a trazer o desempenho de Atatürk como líder militar e político durante as ameaças das disputas imperialistas da Primeira Guerra Mundial e seus desdobramentos imediatos. Nesse contexto, Kemal teve de mobilizar a identidade nacional e islâmica frente à ameaça das superpotências ocidentais. A segunda parte volta-se à discussão de como as ideias de modernização e acontecimentos contemporâneos ao Kemal influenciaram sua formação e carreira de estadista.

O trabalho de modernização da Turquia liderado por Kemal constituiu, em parte, um esforço de adaptação a um mundo em transformação no início do século XX. Foi nesse cenário que Kemal se formou e atuou nos âmbitos político e militar. A Turquia está geograficamente situada entre Ocidente e Oriente. Como projeto de identidade nacional, porém, Kemal conduziu o país em direção ao Ocidente e, para isso, precisou antes enfatizar que eram turcos e islâmicos.

O imperialismo como ameaça e a identidade nacional-religiosa como defesa da soberania turca

A Turquia nunca foi colônia. Foi parte central do Império Otomano. Contudo, assim como a China e a Pérsia, esse império fazia parte de zonas de influência das potências europeias situadas ao oriente (Hobsbawm, 1988). O desmantelamento final do império se deu na Primeira Guerra Mundial e foi amenizado pelo sucesso político e militar em parte atribuído à atuação de Kemal Atatürk. Com a Guerra de Independência Turca e as negociações de tratados internacionais, foi possível recuperar territórios e garantir a soberania do nascente Estado turco frente ao esfacelamento dos antigos territórios otomanos pelas potências europeias. Para fazer frente ao poder bélico das potências imperialistas, Kemal usou não somente a identidade turca, mas também a identidade muçulmana diante de um inimigo não muçulmano.

Atatürk ascendeu ao posto de herói nacional em razão de seu desempenho na Batalha de Gallipoli durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1915, uma ofensiva britânica liderada pelo almirante Winston Churchill invadiu Istambul pelo estreito de Dardanelos, com o objetivo de eliminar o Império Otomano da guerra e ajudar a aliada Rússia. Dois anos depois, Atatürk foi convocado para colaborar na contenção da Revolta Árabe. Já em Aleppo, entrou em conflito com os comandantes alemães e enviou uma carta para seus superiores avisando para serem cautelosos com relação a eles. Alertou que, em caso de vitória alemã, os otomanos poderiam se tornar subordinados da Alemanha. Solicitou

também que o comando das tropas na Síria e Palestina passasse ao comando inteiramente otomano. No entanto, o pedido lhe foi negado e Atatürk se retirou de Aleppo e renunciou ao posto na Arábia. Com o Armistício de Mudros (1918), o Império Otomano se retirou da guerra e se encerrou a aliança com a Alemanha. Atatürk assumiu o comando de todos os exércitos na Síria, no lugar de seu antigo superior Liman von Sanders, e retirou as tropas otomanas das circunstâncias desfavoráveis criadas pelos alemães (Hanioglu, 2011).

Com o vazamento do acordo secreto de Sykes-Picot pelos bolcheviques, foi exposta a traição britânica aos árabes e a intenção dos Aliados de dividir entre si o território do Império Otomano em zonas de influência. Com o Tratado de Sévres (1920), o Império Otomano feneceu e as províncias árabes foram divididas entre franceses, britânicos e italianos. O novo Estado turco ficou restrito às regiões centrais da Anatólia. Prevalencia, no pós-Primeira Guerra, um sentimento antiotomano em virtude do genocídio armênio atribuído aos Jovens Turcos, sendo Enver Pasha requerido pelos Aliados para ser julgado por crimes de guerra. Assim, o então chamado Comitê para União e Progresso (CUP) estava desfalcado, pois muitas de suas figuras centrais fugiram para o exterior. Se antes o multiétnico Império Otomano pós-Guerra dos Balcãs contava com turcos, gregos, armênios, curdos e judeus sionistas, no pós-Primeira Guerra, restringia-se aos turcos e a uma minoria curda que se espalhava também por territórios de outros países (Rogan, 2015; Karvounarakis, 2000).

Os turcos rejeitaram o Tratado de Sévres e a guerra se prolongou em duas frentes principais: no Oeste, contra os gregos apoiados pelos britânicos e, no Leste, contra os armênios isolados. Antes disso, a resistência do nacionalismo turco já havia sido galvanizada pelo desembarque de tropas gregas armadas pelos britânicos em Izmir, em maio de 1919, dando início à Guerra de Independência Turca. Kemal assumiu a liderança do movimento nacionalista, mobilizando também bandos locais, enquanto unidades regulares já haviam começado a resistência contra a ocupação grega e dos Aliados.

Em agosto de 1921, Kemal apresentou uma proposta de lei que lhe permitia desempenhar todos os poderes e prerrogativas da Grande Assembleia Nacional, sediada em Ancara, incluindo a garantia de comando do exército. As tropas turcas alcançaram Izmir, e os gregos sofreram uma derrota devastadora. Atatürk, que havia assumido todos os poderes da Grande Assembleia Nacional, saiu vitorioso. Em outubro de 1921, o governo nacionalista assinou um armistício em troca da completa retirada grega da Trácia Ocidental e do retorno às fronteiras pré-Primeira Guerra.

Antes de abolir o califado e proclamar a República da Turquia, Atatürk sentiu que precisava assegurar reconhecimento internacional por meio de um acordo de paz e estabelecer controle sobre a política turca. Assim, o Tratado de Lausanne (1923) foi firmado, garantindo a soberania e a igualdade da Turquia perante todas as nações e revogando as fronteiras e dívidas de guerras estabelecidas pelo Tratado de Sèvres. Em 1923, o Ocidente já havia mudado ligeiramente. Estadistas ocidentais como Clemenceau, Lloyd George e Woodrow Wilson já tinham deixado seus cargos. Mesmo assim, depois da reconfiguração do Oriente Médio no pós-Primeira Guerra, apenas Turquia, Irã e Arábia Saudita conseguiram estabelecer fronteiras de acordo com seus próprios planos (Rogan, 2015).

Na Guerra de Independência, o grande empreendimento de Atatürk foi mobilizar a população internamente em torno do ideal de nacionalismo turco e liderar a resistência contra o imperialismo ocidental. As experiências anteriores durante a Primeira Guerra o

fizeram perceber a importância da defesa da soberania nacional turca diante das ambições europeias. Em seu célebre discurso *Nutuk*, de 36 horas, dividido em um intervalo de seis dias, Kemal justifica a extinção do Califado como uma medida de segurança e se refere a seus membros como *madmen*:

Moreover, to labor for the maintenance of the Ottoman dynasty and its sovereign would have been to inflict the greatest injustice upon the Turkish nation; for, if its independence could have been secured at the price of every possible sacrifice, it could not have been regarded as secure so long as the Sultanate existed. How could it be deemed permissible that a crowd of madmen, united by neither a moral nor a spiritual bond to the country or the nation as a whole, could still be trusted to protect the independence and the dignity of the nation and the State? As for the Caliphate, it could only have been a laughing-stock in the eyes of the really civilized world, enjoying the blessings of science. (Atatürk, 2020, s. p.)

Ao mesmo tempo, o apelo à identidade religiosa também desempenhou papel fundamental para a vitória militar de Kemal, tanto na formação de contingente para o campo de batalha como na mobilização geral da população. Atatürk não tinha inclinações religiosas. Extinguiu o califado turco e recusou o título de califa sugerido por alguns estudiosos do Islã. No entanto, no momento da Guerra de Independência Turca, o fator religioso funcionou como elemento agregador diante de um inimigo cristão, somado à utopia recorrente do pan-islamismo sob a liderança de um forte califado. É importante também que se pesem questões religiosas e diferenças entre o Ocidente cristão e o Oriente islâmico, frequentemente reduzidas a Ocidente *versus* Islã. Em seu discurso *Nutuk*, Atatürk faz diversas referências ao mundo islâmico — com a Turquia como parte dele — em contraposição a países não islâmicos, recorrendo, assim, à identidade religiosa como elemento aglutinador. Diante da contenção da Revolta Árabe e do insucesso político e militar do califado, Kemal passou a entender o desmembramento do Império Otomano sobretudo em termos de uma oposição entre não muçulmanos e muçulmanos, como se pode observar em seu discurso ao denunciar a aliança de muçulmanos com ingleses e franceses:

The fact that the Muslim population was inviting the enemy to come in, could only be explained by the supposition that they feared oppression and tyranny from our side [...] Strangers did not attack the Caliphate; it was the Turkish nation that could not protect itself from attacks. Those who attacked the Caliphate were not Muslim nations who were jealous of Turkey, but Muslim peoples who had fought under the flags of the English and French against the Turks at the Çanakkale, in Syria and the Iraq. 803. (Atatürk, 2020, s. p.)

Considerando ainda a rivalidade Ocidente *versus* Islã, Edward Said apresenta a relação entre o Ocidente e o Oriente como uma “*relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa*” (Said, 1990, p. 17). A ideia de um oriente exótico perpassa o imaginário europeu desde a Antiguidade. No entanto, de acordo com Said (1990), o marco do orientalismo como relação de poder se deu quando Napoleão invadiu o Egito, durante a Campanha do Egito (1798-1799). Assim, o orientalismo como “*relação de hegemonia complexa*” coincide com o imperialismo europeu e com a criação do estigma associado a árabes e islâmicos. Said (2014) também observa que a relação entre

Europa e Ásia se transformou ao longo de séculos. Em paralelo, o imaginário sobre o significado de “Oriente” e “Ocidente” também se modificou ao longo do tempo a partir das relações construídas. Nesse sentido, cabe assinalar que, desde o Tratado de Paris que pôs fim à Guerra da Crimeia, o Império Otomano foi considerado membro oficial do concerto europeu, depois de ser excluído do Congresso de Viena (1815) por pressão da Rússia (Wood, 1943, p. 264). A própria representação dos turcos na Europa sempre foi ambivalente. A depender da conveniência, podiam ser ocidentais ou orientais. Ao mesmo tempo, os turco-otomanos se comportavam como ocidentais dentro do império, o que pode ter influenciado o tratamento dado aos árabes, aos armênios e a outras minorias.

No contexto da Guerra de Independência Turca, a identificação como islâmico e turco serviu para arregimentar forças contra a ameaça imperialista de não islâmicos. O trabalho de Atatürk era evitar que o território que havia sido sede de um império se tornasse subjugado pelo imperialismo ocidental, como aconteceu com os territórios árabes outrora otomanos e revelado no Tratado de Sykes-Picot. Nesse momento, a identidade religiosa muçulmana serviu de ferramenta de defesa contra a ameaça imperialista do pós-Primeira Guerra. Além das artimanhas militares, Kemal mobilizou a população por meio da identidade religiosa. Como estadista, no entanto, usou da religião em sentido contrário.

A religião como ameaça e a modernização como defesa do Estado turco

Por outro lado, Atatürk tinha assimilado a “ideologia da modernização” do progresso científico exportada do Ocidente. A ideia da modernização e superioridade ocidental se espalhava pelo mundo, como coloca Eric Hobsbawm:

a ciência significava poder e progresso em um sentido menos metafórico. Significava a ideologia da modernização, imposta às atrasadas e supersticiosas massas rurais pelos científicos, elites políticas esclarecidas inspirados pelo positivismo — como no Brasil da República Velha e no México de Porfírio Díaz. Significava o segredo da tecnologia ocidental. Significava o darwinismo social que legitimava os multimilionários americanos... Em suma, para maior parte da Europa progresso e secularização andavam de mãos dadas. (Hobsbawm, 1988, p. 365-369)

O processo de secularização tem sido descrito como resultado do encontro imperial entre as potências ocidentais e o resto do mundo. No sul da Ásia, esse encontro resultou na emulação da ciência e do racionalismo ocidental por parte de uma pequena elite (Künkler & Shankar, 2018). Para entender o processo de modernização, ocidentalização e secularização empreendido por Kemal, é necessário voltar à formação e às ideias em voga no período de sua formação. Durante a Era Tanzimat (1839-1876), reformas de cunho ocidentalizante e modernizador foram implementadas na burocracia e no sistema educacional do império. Essas reformas foram reforçadas durante o reinado do sultão Abdülhamid II (1876-1908) e deram origem à geração dos Jovens Turcos e ao próprio Atatürk. O historiador Ussama Maksidi (2002) destaca as contradições de orientação dessas reformas, que se assemelham à postura posterior de Atatürk. A diferença residia no fato de que os reformadores do império assumiram uma postura elitista perante seus súditos não otomanos:

a state and civilization technologically equal to and temporally coeval with the West but culturally distinct from and politically independent of it. This ambivalent relationship with the West was mirrored by an equally ambivalent relationship between Ottoman rulers and subjects. Beginning with the Tanzimat, Ottoman reformers identified with these subjects as potential fellow citizens with whom they should be united in a newly defined common modern Ottoman patriotism. They also saw them as fellow victims of European intrigue and imperialism. Yet at the same time, they regarded these subjects as backward and as not-yet-Ottoman, as hindrances to as well as objects of imperial reform. (Maksidi, 2002, p. 770)

Quanto à sua trajetória pessoal e educacional, Mustafa Kemal Atatürk nasceu apenas como Mustafa, em 1881, em Salônica, ou Tessalônica (hoje território grego), cidade portuária de vida ocidental no império. Aos treze anos, Atatürk se inscreveu na escola preparatória para a carreira militar de Salônica, onde recebeu formação híbrida que combinava a educação clássica otomana com a escola moderna francesa, além da disciplina e hierarquia militar. Foi nessa época que recebeu o segundo nome, “Kemal”, para evitar confusão com os demais “Mustafas” na escola. Deu continuidade à formação militar, cursando a Academia Militar Real, onde tomou conhecimento de uma série de novas ideias. Em 1905, ingressou no Exército Otomano. Com a derrota da França na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), a influência militar francesa no exército otomano foi gradualmente substituída pela alemã e, com ela, a ideia da importância do exército e de uma elite militar para moldar e guiar o desenvolvimento da nação (Hanioglu, 2011).

Somadas aos acontecimentos bélicos do final do século XIX e início do século XX, uma série de ideias ganhou proeminência. Charles Hale (1989) destaca a mudança do liberalismo entre 1867 e 1910 no México e, para explicá-la, descreve a mudança no próprio liberalismo à época. A mudança foi assinalada, principalmente, pelo pensamento de uma França cansada de revoluções e “anarquia”. Teóricos como Auguste Comte, Henri de Saint-Simon, Benjamin Constant, já na primeira metade do século XIX, elaboraram seus trabalhos críticos à Revolução Francesa e à instabilidade que a seguiu. Nesse contexto, o ideal liberal de liberdade individual foi substituído por um corpo administrativo central e por restrições normativas consubstanciadas em uma constituição. A centralidade de governo e, por extensão, a sobrevivência do Estado liberal não permitiam corporações paralelas ao regime legal, como as instituições religiosas. Com isso, a secularização do Estado na forma da República ganhou centralidade no pensamento liberal. Por fim, o autor aponta a defesa do progresso econômico coroando a harmonia da ordem política no corolário liberal da segunda metade do século XIX (Hale, 1989).

Outro acontecimento relevante foi a vitória japonesa sobre a Rússia em 1905, que colocou luz no modelo japonês de modernização. A Revolução Meiji (1868-1869), ao incorporar elementos ocidentais de administração, propriedade, reformas educacionais e militares, representou também uma forma de defesa contra o expansionismo das potências do ocidente (Anderson, 2006). Atatürk, assim como os oficiais otomanos da época, tinha profunda admiração pelos japoneses em virtude da vitória na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), percebida como um triunfo da modernização de uma cultura oriental sobre o Ocidente (Hanioglu, 2011). Seja entre os “científicos” mexicanos, seja entre os reformadores da Era Meiji ou entre o CUP dos Jovens Turcos, fortalecia-se, nesse período, a defesa do progresso por meio da racionalização administrativa em

contraposição às conformações de sociedades tradicionais que ganharam força na segunda metade do século XIX (Hobsbawm, 1988).

Atatürk foi educado para admirar os avanços ocidentais e considerá-los progressos inevitáveis. Diante disso, onde situar a Turquia? Atatürk decidiu e convenceu os turcos de que eram modernos, apesar de islâmicos como os árabes, ou como escreveu Maksidi: *"In an age of western-dominated, every nation creates its own Orient"* (Maksidi, 2002, p. 768). Em relação à língua turca, Kemal, como estadista, instituiu o alfabeto latino em substituição ao árabe e estabeleceu a Sociedade Linguística Turca para garantir a normatização do turco, livre de influências persas e árabes. O sucesso do "novo idioma turco" também foi assegurado pelas reformas educacionais que ampliaram o acesso e uniformizaram o currículo escolar. Além disso, foi abolida a obrigatoriedade do uso do véu e as mulheres passaram a participar mais da vida pública (Göle, 1997).

Para Bâli (2018), tais reformas educacionais e de gênero não envolviam, necessariamente, a separação entre o Estado e religião, mas sim uma tentativa de controle estatal das práticas religiosas. Assim, a religião podia ser instrumentalizada pelo Estado turco. Essa necessidade de controle em prol da construção da ordem do corpo social estava em consonância com o pensamento positivista da época. Göle (1997) observa que o autoritarismo está frequentemente associado aos processos de secularização nos países muçulmanos. A reforma da Era Tanzimat não influenciou somente Kemal, mas também uma geração da elite intelectual e burocrática turca. Essa camada viria a compor, posteriormente, a administração da República da Turquia, trabalhando para substituir os elementos tradicionais e religiosos de dominação por instrumentos racionais legais em favor do progresso orientado à ordem capitalista. Kemal utilizou a identidade muçulmana contra a ameaça imperialista no fim da Primeira Guerra Mundial e durante a Revolução Turca, mas foi a partir de 1923 que o nacionalismo secular turco prevaleceu na República que surgiu de um antigo império multiétnico (Peker, 2020).

De acordo com Peker (2020), o processo de secularização (*laiklik*) na Turquia seguiu dois estágios. Em um primeiro momento, entre 1908 e 1927, houve a incorporação da autoridade e dos serviços religiosos do Império Otomano de modo a garantir legitimidade e mobilizar o esforço necessário à guerra em curso, como descrito na primeira parte do ensaio. Em um segundo momento, entre 1928 e 1938, o aparato religioso foi esvaziado e preenchido pelos ideais do nacionalismo turco e do secularismo. Ambas as fases foram, em larga medida, articuladas e protagonizadas pelo próprio Kemal.

Considerações finais

Inicialmente, Kemal fez uso da identidade islâmica diante da ameaça imperialista das potências não islâmicas. Mas, alcançados seus objetivos de independência e diante da tarefa de construir um Estado-nação, o líder do nascente Estado, com apoio de uma elite formada sob as mesmas ideias, instaurou a modernização aos moldes ocidentais, colocando em segundo plano os elementos religiosos que antes sustentavam o califado. Esse processo não se deu de forma homogênea, sem contradições e livre de resistência, como aponta Göle (1997). Ainda assim, situou a Turquia entre nações como México, Índia, Japão e Brasil, que buscaram o caminho da "ordem e progresso" em detrimento de traços

tradicionais, com o intuito de alcançar o patamar de desenvolvimento das potências europeias. No caso específico dos países islâmicos, a modernização ganhou matizes particulares, e a construção histórica realizada pelos países ocidentais sobre as populações islâmicas adquiriu relevância.

As diversas ilustrações de Kemal Atatürk seguem sendo utilizadas como uma forma de nacionalismo defensivo nos negócios, em instituições públicas e privadas e nas casas de muitos turcos. A ideologia kemalista tem sido apontada como a encarnação, ao mesmo tempo, da secularização, do nacionalismo, do republicanismo, do populismo, da teoria política positivista e do cientificismo do século XIX na Turquia. Como militar, Atatürk soube mobilizar a identidade islâmica para garantir os meios políticos e os recursos necessários para vencer suas batalhas, primeiro na Primeira Guerra Mundial e depois na Guerra de Independência Turca. Como estadista, apoiado pela elite local, transformou a Turquia em uma república secular de maioria muçulmana. A ambiguidade de sua manobra o posiciona entre o Oriente e o Ocidente, assim como a própria Turquia se encontra localizada geograficamente.

Ao final, as reformas modernizadoras, também empreendidas por outros países, representaram um esforço de desenvolvimento no âmbito do capitalismo e de uma rígida divisão internacional do trabalho. No caso de países orientais, além da relação de oposição entre desenvolvidos e não desenvolvidos, a questão vem carregada das interpretações socialmente construídas sobre o que significa ser oriental ou ocidental, muçulmano ou não muçulmano.

Referências bibliográficas

- Anderson, B. (2006). *Imagined communities*. Verso, 2006.
- Atatürk, M. K. (2020). *The speech (Nutuk) English Edition*. (K. Köhler, Trad.). Atatürk Research Center CT.
- Bâli, A. (2018). A Kemalist secular age? Cultural Politics and Radical Republicanism in Turkey. In M. Künkler, J. Madeley, & S. Shankar (Eds.), *A secular age beyond the West: Religion, law and the state in Asia, the Middle East and North Africa* (pp. 234–264). Cambridge: Cambridge University Press.
- Göle, N. (1997). Secularism and Islamism in Turkey: The making of elites and counter-elites. *Middle East Journal*, 51(1), 46–58. <http://www.jstor.org/stable/4329022>
- Hale, C. (1989). *The transformation of liberalism in late nineteenth-century Mexico*. Princeton University Press.
- Hanioglu, S. (2011). *Atatürk: An intellectual biography*. Princeton University Press.
- Hobsbawm, E. (1988). *A era dos impérios: 1875-1914*. Paz e Terra.
- Karvounarakis, T. (2000). End of an empire: Great Britain, Turkey and Greece from the Treaty of Sèvres to the Treaty of Lausanne. *Balkan Studies*. 41(1), 171–182. <https://ojs.lib.uom.gr/index.php/BalkanStudies/article/view/3012>
- Künkler, M., & Shankar, S. (2018). Introduction. In M. Künkler, J. Madeley, & S. Shankar (Eds.), *A secular age beyond the West: Religion, law and the state in Asia, the Middle East and North Africa* (pp. 1–32). Cambridge University Press, 1–32.

- Maksidi, U. Ottoman Orientalism. *America Historical Review*, 107(3), 768–796. <https://doi.org/10.1086/ahr/107.3.768>
- Peker, E. (2020). Beyond positivism: Building Turkish *laiklik* in the transition from the Empire to the Republic (1908–38). *Social Science History*, 1–27. <https://doi.org/10.1017/ssh.2019.48>
- Rogan, E. (2015). A century after Sykes-Picot: The fall of Otomans, the rise of the Islamic State and the tragedy of Arab independence. *Cairo Review of Global Affairs*. <https://www.thecaireview.com/essays/a-century-after-sykes-picot>
- Said, E. (2014). Orientalism reconsidered. In *Postcolonial criticism* (pp. 126–144). Routledge.
- Said, E. (1990). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia das Letras.
- Türköz, M. (2014). Fathering the nation: from Mustafa Kemal to Atatürk. *Traditiones*, 43(1), 53-64. 10.3986/Traditio2014430105
- Wood, H. M. (1943). The Treaty of Paris and Turkey's status in international law. *The American Journal of International Law*, 37(2), 262–274. www.jstor.org/stable/2192416.

DOI desta publicação: <https://doi.org/10.34024/kn7vw328>.